



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**AMANDA DA SILVA BARBOSA
VICTÓRIA ÁDRIA BARBOSA DA SILVA**

**ATIVIDADES INCLUSIVAS: JOGOS E BRINCADEIRAS PARA TODOS
APRENDEREM JUNTOS**

Maceió,
2025

AMANDA DA SILVA BARBOSA
VICTÓRIA ÁDRIA BARBOSA DA SILVA

**ATIVIDADES INCLUSIVAS: JOGOS E BRINCADEIRAS PARA TODOS
APRENDEREM JUNTOS**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para
a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de
Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Janayna Souza

Maceió,
2025

AMANDA DA SILVA BARBOSA
VICTÓRIA ÁDRIA BARBOSA DA SILVA


**ATIVIDADES INCLUSIVAS: JOGOS E BRINCADEIRAS PARA TODOS
APRENDEREM JUNTOS**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).


Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26/05/2025.

Orientadora: Profa. Dra. Janayna Souza (CEDU/UFAL)


Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA LIRA
Data: 13/08/2025 16:46:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Janayna Souza (CEDU/UFAL)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SOBRAL
Data: 20/10/2025 16:01:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Marcos Paulo de Oliveira Sobral (Campus Arapiraca/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 ADRIANA GUIMARAES DUARTE
Data: 23/10/2025 22:42:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Adriana Guimarães Duarte (CECA/NAC/UFAL)

ATIVIDADES INCLUSIVAS: JOGOS E BRINCADEIRAS PARA TODOS APRENDEREM JUNTOS

Amanda da Silva Barbosa (UFAL)
E-MAIL: amanda.barbosa@cedu.ufal.br

Victória Ádria Barbosa da Silva (UFAL)
E-MAIL: victoria.silva@cedu.ufal.br

Orientadora: Janayna Souza (CEDU/UFAL)
E-MAIL: janayna.souza@cedu.ufal.br

RESUMO: Inclusão e acessibilidade são temáticas ainda pouco discutidas, tanto na formação inicial, como nos cursos de capacitação ou formação continuada. O cumprimento efetivo das leis e o acesso à justiça são fundamentais para assegurar a garantia dos direitos de todos os indivíduos. Se essas diretrizes previstas na legislação fossem executadas, seria possível uma verdadeira inclusão escolar, de modo que todos participassem plenamente das atividades desenvolvidas? A partir deste questionamento, este estudo se propõe a analisar como os jogos e brincadeiras contribuem para o processo de inclusão escolar, não apenas das crianças com deficiências, mas de todos os estudantes. Para isso, apresentamos um breve histórico sobre os direitos da pessoa com deficiência, discutimos práticas que são fundamentais para uma educação inclusiva, abordamos a importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil e, por meio da pesquisa bibliográfica qualitativa, fizemos uma revisão da literatura, apresentando uma correlação entre os artigos já publicados a respeito do tema. Por fim, nossas discussões apontam que todos precisam ter a oportunidade de aprender, ainda que por meios diversificados, mas unidos para alcançar um mesmo objetivo. O ambiente escolar deve ser um espaço saudável, em que todos sejam iguais em dignidade e direito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; escola; deficiência; jogos e brincadeiras.

ABSTRACT: Inclusion and accessibility are topics still rarely discussed, both in initial teacher education and in professional development courses. The effective enforcement of laws and access to justice are essential to ensure the rights of all individuals. This study aims to analyze how games and play activities contribute to the process of school inclusion, not only for children with disabilities but for all students. To this end, we present a brief historical overview of the rights of persons with disabilities, discuss essential practices for inclusive education, and highlight the importance of play in child development. Through qualitative bibliographic research, we conducted a literature review to establish correlations between existing studies on the topic. Our findings indicate that all students must have the opportunity to learn, albeit through diverse means, but united by the same goal. The school environment should be a healthy space where everyone is equal in dignity and rights.

KEYWORDS: Inclusive education; school; deficiency; games and playtime.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a Educação Especial foi constituída pela assistência às pessoas com deficiência, e geralmente acontecia de forma separada o que colaborava com a incompreensão e o preconceito. Contudo, mesmo em passos

lentos, a pessoa com deficiência passou a ser reconhecida como sujeito de direitos e deveres. Em 2015, com a instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD), passou-se a ter um estatuto que assegura cidadania, igualdade, inclusão social e acesso à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino. Garantindo acessibilidade não só em termos físicos, mas possibilitando o acesso à comunicação e ao conhecimento, para que todos desfrutem das mesmas oportunidades de maneira equitativa.

Mas para que a inclusão prevista em lei aconteça na prática, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com as especificidades de cada estudante. Porém, inclusão e acessibilidade são temáticas ainda pouco discutidas, tanto na formação inicial, como nos cursos de capacitação ou formação continuada. Sendo assim, os educadores, por vezes, não conseguem atender às necessidades dos aprendizes com deficiência, por desconhecer ferramentas e recursos pedagógicos que possibilitam acessibilidade e inclusão.

Ao analisarmos a proposta curricular do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), percebemos que há somente a disciplina de Educação Especial, cuja carga horária é de apenas 54h. Esse componente curricular aborda a temática da educação inclusiva, trazendo os fundamentos da educação especial e inclusiva, que abarcam um breve estudo sobre o histórico, as legislações, conceitos, aborda os principais tipos de deficiência e discute brevemente o planejamento de ensino para estudantes com deficiência, na educação básica. Entretanto, esse período de tempo é insuficiente para que o pedagogo esteja devidamente preparado para lidar com a diversidade.

Além disso, a partir da experiência adquirida em estágios realizados durante a graduação, percebemos que os desafios enfrentados pelos professores tanto da Educação Infantil como dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, vão desde a falta de uma formação adequada à escassez de materiais adaptados e profissionais de apoio que estejam capacitados para trabalhar com as especificidades de cada criança. Contudo, os estágios também nos permitiram conhecer profissionais cujas práticas pedagógicas buscavam envolver a todos, independente das condições físicas ou mentais.

A partir dessas observações, passamos a refletir acerca da noção que se tem de inclusão escolar. Se há meios eficazes para colocá-la em prática e se os professores estão ou não preparados para lidar com diferenças. Diante disso, a

grande questão é: Seria possível uma verdadeira inclusão escolar, de modo que todos participassem plenamente das atividades desenvolvidas? Então, com base nesse questionamento, discutimos a hipótese de que jogos e brincadeiras podem fazer parte do planejamento educacional, como ferramentas pedagógicas que atraem e possibilitam a participação de todas as crianças, independente de particularidades. Diante disso, refletimos sobre como colocar em prática a educação inclusiva, de modo que todos possam interagir, brincando e aprendendo juntos.

Considerando esses aspectos, este trabalho aponta os principais marcos legais da educação inclusiva, e discute a inclusão de crianças com deficiência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, destacando a falta de preparo dos professores para lidar com as especificidades de cada criança. A partir disso, traremos exemplos práticos que podem tanto auxiliar no processo de inclusão escolar como também trabalhar o respeito e a afetividade entre todas as crianças.

Este artigo trabalha o real sentido da inclusão no ambiente escolar, pois muitas atividades são chamadas de inclusivas sem que se tenha, de fato, uma compreensão de como isso acontece na prática. Para muitos, incluir limita-se a uma adaptação de atividades para um grupo específico de crianças, no intuito de mantê-las juntas, ainda que não estejam desenvolvendo a mesma atividade. Nosso intuito é mostrar que é possível realizar uma mesma atividade com um grupo de vários alunos, cada um com suas singularidades.

Porque acreditamos que a escola é um lugar que deve estar pronto para receber a todos, seja uma pessoa com ou sem deficiência, independentemente de sua classe social, religião, aparência ou quaisquer fatores que representem a diversidade. Contudo, sabemos que na realidade as escolas ainda estão muito distantes desse ideal, pois mesmo aquelas que se dizem inclusivas, acabam inconscientemente promovendo segregação ao invés de inclusão. Todavia, por meio desta pesquisa demonstramos que é possível se ter uma escola na qual todos possam brincar e aprender juntos.

Este artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual tomamos como base teórica, estudos sobre os direitos da pessoa com deficiência pautados na legislação nacional e internacional, como a Lei brasileira de Inclusão (LBI) e a Declaração de Salamanca. Além de discutir os jogos e brincadeiras na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), ressaltando também, a importância desses elementos para o desenvolvimento infantil.

O texto apresenta um breve histórico sobre os direitos da pessoa com deficiência. Mais adiante, são apontadas as dificuldades enfrentadas pelos educadores e a importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil. Encaminhando-se para a reta final do texto, são apresentadas a metodologia utilizada e os resultados e discussões acerca da pesquisa, e por fim estão as considerações finais deste trabalho.

2. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O cumprimento efetivo das leis e o acesso à justiça são fundamentais para assegurar a garantia dos direitos de todos os indivíduos. A sociedade como um todo deve se esforçar para promover uma cultura de respeito às leis e aos direitos humanos, buscando aprimorar constantemente o sistema jurídico e garantir que todos tenham igualdade de acesso à justiça. Entre os direitos assegurados às pessoas com deficiência estão o direito à igualdade de oportunidades, acessibilidade em todos os ambientes e serviços públicos ou privados, a educação inclusiva, ao trabalho, o direito à saúde e à reabilitação, a participação política, entre outros.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, publicou o Relatório Mundial sobre a Deficiência, que apresenta uma análise histórica sobre como, por muito tempo, as pessoas com deficiência foram privadas de seus direitos educacionais, sendo direcionadas a escolas especiais ou instituições de abrigo. Pois acreditava-se que uma pessoa com impedimentos físicos, mentais e sensoriais não era capaz de desempenhar funções típicas para viver em sociedade e dessa forma, era excluída. Em decorrência das transformações socioculturais e da perspectiva do modelo social da deficiência que compreende a deficiência não apenas como uma condição individual, mas como um resultado das barreiras e das limitações impostas pela sociedade, a temática está sendo discutida juntamente com mudanças.

Na década de 1990 aconteceram dois fatos importantes para o fortalecimento da inclusão: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990) e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha (DECLARAÇÃO DE

SALAMANCA, 1994). A partir dessas conferências, foram estabelecidas a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990) e a Declaração De Salamanca (1994), documentos que apresentam princípios inclusivos como linha norteadora, mostrando, a necessidade de universalizar a escolaridade, defendendo esse movimento de inclusão educacional como um direito que não pode ser negado.

A Declaração de Salamanca (1994) ressalta que a legislação deveria reconhecer e assegurar igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiências na educação e que os políticos devem reafirmar seu compromisso com essa causa, extinguindo ou diminuindo as barreiras que impedem o cumprimento do direito referente à dignidade humana. Ressalta também a importância da adaptação, no qual faz-se necessário oferecer condição para locomoção, contribuir com a autonomia e o bem-estar.

Na Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.395/1996, o capítulo V, que trata da educação especial, destaca os direitos educacionais da pessoa com deficiência, mas enfatiza a funcionalidade desses direitos somente na educação básica. No entanto, o capítulo IV, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, trata especificamente do direito à educação, e assegura no artigo 27, "um sistema educacional inclusivo em todos os níveis", de modo que a pessoa com deficiência possa desenvolver ao máximo suas habilidades, de acordo com seus interesses.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) enfatiza o direito de todos à educação, pois se trata de uma "modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades". O mesmo documento, aborda ainda a educação inclusiva como um paradigma pautado nos direitos humanos, que visa mudanças estruturais e culturais no âmbito educacional, de modo que as especificidades de todos os estudantes sejam atendidas.

Conforme o decreto nº 6.949/2009, o artigo 1 da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), garante, "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência". Além disso, no artigo 3, dentre os princípios gerais do decreto, estão a igualdade de oportunidades e a acessibilidade, que são fundamentais para uma real inclusão das pessoas com deficiência na universidade, afinal, incluir não se trata apenas de possibilitar o

acesso ao ensino superior, mas garantir a permanência, dando as condições necessárias para que todos usufruam dos mesmos direitos, independente de suas limitações.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece uma série de direitos e obrigações para assegurar a igualdade de oportunidades e a plena participação dessas pessoas na sociedade. O decreto proíbe qualquer forma de discriminação com base na deficiência; determina que os espaços públicos, os meios de transporte, as edificações, os serviços de comunicações, outros recursos e tecnologias sejam acessíveis; assegura o direito à educação inclusiva com adaptação de práticas pedagógicas, currículos, materiais didáticos e infraestrutura; estabelece o direito ao trabalho, em igualdade de condições e prevê a reserva de vagas e preconiza a concessão de benefícios sociais e a garantia de direitos previdenciários.

A Lei representa um avanço significativo na busca pela igualdade de direitos e oportunidades no Brasil. No entanto, sua efetivação plena ainda enfrenta desafios, como a necessidade de conscientização, investimentos em infraestrutura e serviços especializados, além de uma mudança de mentalidade que combata estigmas e preconceitos. Assim, estabelecendo direitos fundamentais para que todos possam participar de uma sociedade inclusiva e acessível, de modo que cada um possa exercer seus direitos e deveres com dignidade e autonomia.

3. AÇÕES INCLUSIVAS A PARTIR DO CONHECIMENTO SOBRE O ESTUDANTE NA PERSPECTIVA DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM

Ao reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão da criança, o educador cria um ambiente inclusivo e acolhedor, no qual os alunos sentem-se compreendidos e respeitados em sua individualidade. Saber ouvir e compreender as diversas formas de comunicação, é entender melhor as necessidades, interesses e perspectivas de cada indivíduo.

A criança possui cem linguagens que necessitam de uma escuta atenta, cuidadosa e respeitosa por parte do adulto/professor. Se nós acreditamos que as crianças têm teorias, interpretações e questões próprias e que são coprotagonistas dos processos de construção do conhecimento, então os verbos mais importantes na prática educativa não são mais “falar”, “explicar”

ou “transmitir”, é apenas “escutar”. Escutar significa estar aberto aos outros e ao que eles têm a dizer, ouvindo as cem (e mais) linguagens com todos os nossos sentidos. Escutar é um verbo ativo, pois significa não só gravar uma mensagem, mas também interpretá-la, e essa mensagem adquire sentido no momento em que o ouvinte a recebe e avalia (Rinaldi, 2012, p. 228).

Quando o professor determina a linguagem que quer ouvir dos educandos, já é posta uma barreira que impede a inclusão. Se a escola só aceita que o estudante utilize a escrita e a oralidade como forma de expressão, como poderá escutar e incluir o aluno que se comunica por meio do desenho? Provavelmente, essa criança será silenciada e, conseqüentemente, vai se sentir excluída. Contudo, atitudes como estas por parte das instituições e dos profissionais, não são uma questão de caráter, mas sim um reflexo da falta de preparo para uma educação inclusiva.

Muitos profissionais não se sentem seguros para fazer com que a inclusão aconteça de fato. Isso ocorre principalmente devido à falta de um ensino adequado a respeito da educação inclusiva durante sua formação inicial ou mesmo pela falta de interesse dos profissionais da educação em buscar formações continuadas. Pois, tendo como recursos um aparelho digital e internet, é possível acessar, por exemplo, o AVAMEC - Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação - que oferta diversos cursos de capacitação para educadores, de forma gratuita.

Os professores são fundamentais no processo de acolhimento dos estudantes, por isso, devem estudar e pensar estratégias que atendam a todos da sala de aula, cumprindo o dever de adotar práticas de ensino que possibilite a participação plena na vida escolar, conhecer cada criança como ser único que tem interesses e habilidades diversas, escutar as necessidades de cada aluno, fomentar o respeito mútuo e trabalhar junto com a família. Acolher a todas as crianças é um processo que deve ser feito de forma contínua, embora seja visto como um ato bondoso, é sobretudo um processo essencial que visa garantir a participação plena de todas as pessoas.

Muitas crianças e jovens com síndrome de Down, com autismo, com cegueira, com surdez, por exemplo, e tantas outras, mas escolas com educação inclusiva procuram um espaço onde sejam tratados como seres humanos. Para os professores que se engajam nesta proposta, que nada mais é do que a síntese da inclusão, se trata de cumprir uma função histórica diante da exclusão social e cultural. Quando se fala na aprendizagem em conjunto isto significa levar em consideração o contexto sociocultural. Trata-se da ideia do ser humano imerso num contexto histórico, enquanto “[...] corpo e mente enquanto ser biológico e social,

enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico”. (Oliveira, 2005, p.23).

Tornar a instituição de ensino inclusiva em todas as dimensões é imprescindível, discutir sobre a temática é essencial e não se manter estagnado, mas ir em busca de meios que rompam as barreiras que estão presentes nos ambientes e no convívio em sociedade, ou seja, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa (BRASIL, 2016). Pois, apesar da garantia legal de acessibilidade, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, descrito na Lei de nº 13.146, de 6 julho de 2015, não há como assegurar o cumprimento da legislação na prática. Pelo contrário, é muito mais fácil constatar o descumprimento da lei, tendo em vista que os obstáculos estão por todos os locais das cidades.

As barreiras arquitetônicas estão na falta de acessibilidade nas instalações de edifícios antigos ou mal projetados, a ausência de rampas de acesso, elevadores, também é comum encontrar corredores estreitos, banheiros inadequados, falta de sinalização tátil, escadas íngremes e falta de espaços adequados para acomodar cadeiras de rodas ou equipamentos de mobilidade. As urbanísticas, estão nas calçadas estreitas, com nivelamento desproporcional, que dificultam a locomoção de pessoas com deficiência física. Nos sistemas de transporte, apesar de haver um espaço tido como “acessível”, é comum encontrarmos coletivos cuja porta de acessibilidade possui algum defeito, é raro vermos um cinto de segurança de um ônibus estar devidamente apropriado para a utilização.

A carência de recursos de comunicação acessíveis pode ser uma barreira significativa para PCD. Isso inclui a ausência de intérpretes de língua de sinais para estudantes surdos, falta de materiais em formatos alternativos (Braille, áudio, letras ampliadas) para estudantes com deficiência visual, e falta de tecnologia assistiva para apoiar a comunicação de quem têm dificuldades de fala ou linguagem. Apesar dos avanços tecnológicos, o acesso às tecnologias ainda é limitado, pois, muitos dispositivos, sites e aplicativos não são projetados com acessibilidade, dificultando a conexão dos usuários à internet.

Outros tipos de desafios enfrentados são as condutas inadequadas: comportamentos insensíveis, comentários inadequados e excludentes, atitudes discriminatórias que subestimam as habilidades e o potencial de alguém, por ter

alguma deficiência. Um fator prejudicial é o estereótipo, que reforça visões distorcidas e errôneas, ignorando a diversidade e individualidade de cada indivíduo. Essas generalizações sobre as pessoas com base em características como gênero, raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, aparência física, classe social, entre outros, podem ser baseadas em preconceitos, falta de conhecimento ou experiências limitadas.

As figuras nos livros didáticos, as imagens estampadas nas paredes, os personagens dos desenhos animados utilizados como ferramentas pedagógicas muitas vezes representam apenas uma parcela de quem recebe essas informações. O espaço físico também informa a partir de um ponto de vista estético, tudo que é pensado e realizado como um instrumento pedagógico deve abranger a todos. As imagens têm a capacidade de divulgar uma mensagem de forma imediata, levando conexão, representação, aceitação, entendimento e expressão de sentimentos.

Para que a escola cumpra o seu papel social, é fundamental que aconteça um processo de conscientização, contribuir com uma formação plena, preparar os profissionais para compreender o ambiente e a sociedade em que vivem, visando a transformação das injustiças e desigualdade. Envolver a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas, adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, suporte de profissionais especializados, entre outros meios, a fim de atender às necessidades individuais de cada aluno. O objetivo é proporcionar uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária, que promova o desenvolvimento pleno das habilidades e potencialidades. É imprescindível que todos estejam “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares.” (Silveira e Souza, 2011, P. 37)

Ressaltamos, que o conhecimento que o professor tem sobre seus alunos é de grande valia para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Além disso, o profissional deve enxergá-los não apenas como espectadores das aulas, mas como agentes do processo de aprendizagem. Acreditar na capacidade de aprender, pensar e permitir ações que envolva a todos, são reflexões que demonstram o compromisso dos gestores e educadores envolvidos. Não permitir ações que separem ou neguem acesso a oportunidades, mas que garantam que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças e diversidades, tenham oportunidades iguais de participação e pertencimento.

3.1 Conhecer o estudante para incluí-lo

Conhecer bem as particularidades de cada aluno ajuda bastante o professor na construção do planejamento e no desenvolvimento das atividades. Sugerimos que o educador faça uma atividade de sondagem para conhecer os estudantes e descobrir suas singularidades desde o início do ano letivo. A seguir traremos um modelo de atividade com os tipos de perguntas que o professor pode fazer. Lembrando que a educação inclusiva é para todos, então os objetivos devem ser possíveis de serem alcançados por todos, ainda que os meios para atingi-los sejam diferentes. A atividade consiste em um tipo de sondagem e pode ser aplicada em uma roda de conversa para crianças da Educação Infantil, ou de modo escrito para as turmas a partir do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Em suma, trata-se de um pequeno questionário com perguntas simples, porém valiosas, que podem auxiliar no desenvolvimento de práticas inclusivas.

Título: QUEM SOU EU?
Qual é o seu nome?
Qual a sua idade?
Qual a sua cor favorita?
Qual a sua comida favorita?
Do que você gosta de brincar?
Você gosta de ler/ouvir histórias?
Você conhece os números?
Você conhece as letras?
Com quem você mora?
Você tem um melhor amigo? Qual é o nome dele?
Você gosta de passear? Para onde gosta de ir? Com quem?

Essas são algumas sugestões de perguntas para serem feitas nos primeiros dias de aula, apesar de serem simples, podendo ser feitas durante uma conversa, são informações interessantes para que o professor tenha uma base sobre quem são os seus alunos, em qual nível de alfabetização e letramento eles estão e o que chama sua atenção. Isso servirá de auxílio para que o educador planeje atividades que vão atrair a todos, bem como ajuda a traçar objetivos que possam ser atingidos de diferentes formas.

3.2 Desenho Universal para a Aprendizagem

Adaptação não é sinônimo de inclusão. Pois incluir é colocar a todos dentro de uma mesma situação de aprendizagem, com os mesmos materiais disponíveis. Quando a prática docente se resume a adaptação ou a seleção de materiais específicos para serem utilizados na sala de aula regular, por um aluno com deficiência, trata-se, na verdade, de uma integração. O estudante estará dentro da sala de aula, porém, separado dos outros para realizar a atividade que foi colocada apenas para ele. Assim ele passa a ser excluído mesmo estando no mesmo ambiente. Para que a inclusão de fato aconteça, é necessário utilizar uma “linguagem” comum, que possibilite a participação de todos na mesma atividade, utilizando os mesmos materiais, de modo que todos consigam atingir os objetivos propostos.

A utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é de grande valia para a efetivação da prática de inclusão no contexto escolar. Pois, trata-se de uma estrutura que ajuda o educador a desenvolver um planejamento de ensino que considera as diversas características de cada aluno, dando a todos a oportunidade de aprender (Bettio; Miranda; Schmidt, 2021).

O currículo baseado no DUA deve ser: flexível na execução e na avaliação, adaptável, possuir diversidade de materiais, objetivos claros e inclusivos. A proposta do DUA é "projetar configurações educacionais flexíveis e acessíveis, sem adaptação" (Ribeiro; Amato. 2018, p. 128). Ou seja, ao invés de modificar ou trazer um novo recurso pedagógico, para que uma pessoa específica consiga realizar determinada tarefa ao mesmo tempo que o restante do grupo, o DUA sugere uma ampliação das formas de se atingir os objetivos que devem estar bem definidos no planejamento.

4. A IMPORTÂNCIA DA BRINCADEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Enfatizando o papel essencial da brincadeira e do jogo no desenvolvimento infantil, Vygotsky (1989) destaca que, durante essas atividades, as crianças não estão apenas se divertindo, mas também estão ativamente engajadas em processos cognitivos e de construção de conhecimento. Ao aplicarem suas formas de pensar e entender o mundo às situações de brincadeira, as crianças estão aprendendo sobre a realidade ao seu redor.

Conforme Kishimoto (2010), ao brincar, a criança tem a oportunidade de explorar diversas formas de interação com o mundo ao seu redor, compreendendo-o e expressando-se por meio de diferentes linguagens. A imaginação desempenha um papel fundamental nesse processo, porque é nesse domínio que o brincar se destaca ao atribuir significados variados. Em última análise, a relevância do brincar está intrinsecamente ligada à cultura da infância, que considera o ato de brincar como uma ferramenta essencial para a expressão, aprendizado e desenvolvimento infantil.

Para Carvalho et al. (2012), o processo de desenvolvimento humano trata-se de uma construção social, que começa desde o seu nascimento, e se dá por meio das múltiplas interações do indivíduo para com meio em que vive, até as relações estabelecidas com outras pessoas, principalmente com as quais ele mantém vínculos afetivos.

Diante da visão dos autores supracitados, percebemos também o brincar como uma poderosa ferramenta de inclusão, especialmente quando utilizado de forma consciente e intencional. É uma atividade natural que proporciona oportunidades para os envolvidos interagirem, dessa forma reduz o isolamento e a estigmatização que algumas crianças podem enfrentar, permite que as crianças explorem conceitos, experimentem diferentes papéis e pratiquem habilidades de forma divertida e envolvente, promovendo a compreensão e a aceitação das diferenças, ajudando as crianças a desenvolverem uma atitude positiva em relação à diversidade. O ato de brincar como um espaço de construção de conhecimento e trocas significativas.

Portanto, garantir que as crianças tenham tempo e espaço para brincar é essencial para promover seu desenvolvimento saudável e seu pleno exercício dos direitos infantis. Isso requer que a família, profissionais da educação e sociedade

como um todo reconheçam e valorizem a importância do brincar na vida das crianças, proporcionando-lhes ambientes seguros e estimulantes no qual elas possam explorar, experimentar e se divertir.

Observamos a relevância dos jogos e brincadeiras por meio do livro “A formação do símbolo na criança”, de Jean Piaget, o qual destina-se a desvendar o universo infantil, revelando as diversas formas como a criança age na realidade em que vive, através da representação, do jogo, da imitação e de outros. O autor explora como as crianças começam a usar símbolos para representar objetos e eventos, facilitando a comunicação e a compreensão do mundo ao seu redor; mostra como o jogo simbólico é uma parte fundamental do desenvolvimento infantil, permitindo que as crianças experimentem e pratiquem a representação de papéis e cenários; enfatiza a importância da interação com o ambiente físico e social na formação de conceitos e símbolos.

Jean Piaget valoriza a experiência do indivíduo, mostra que dando importância ao conhecimento prévio, estabelece o respeito mútuo, a proximidade e conexão emocional. O teórico expõe que a aprendizagem acontece através do processo de equilíbrio, a infância é o período em que há mais tempo para criar, os pequenos ao se depararem com o novo, tentam assimilar aos seus esquemas existentes, quando não é possível, modificá-los para acomodar a nova informação. A teoria epistemologia genética mostra que os indivíduos passam por um processo de adaptação que envolve dois mecanismos: acomodação e assimilação. Na assimilação, a pessoa integra novas informações em esquemas existentes (conhecimentos já formados), já a acomodação é o processo de modificar ou criar novos esquemas para lidar com novas informações que não se encaixam nos esquemas existentes. Esses processos permitem que a pessoa adapte seu conhecimento ao longo do tempo, levando a um desenvolvimento cognitivo mais complexo e à compreensão do mundo ao seu redor.

5. METODOLOGIA

Este estudo se propõe a analisar como os jogos e brincadeiras contribuem para o processo de inclusão escolar, não apenas das crianças com deficiências, mas de todos os estudantes. Para isso, utilizamos algumas bases legais a respeito da Educação Especial e Inclusiva, como: A Declaração Mundial de Educação Para

Todos, de 1990; a Declaração de Salamanca, de 1994; a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008; a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2009; e a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146 de 2015.

Além da legislação, trouxemos referências de autores como Vygotsky e Kishimoto para discutir acerca do papel fundamental das brincadeiras na infância. E Jean Piaget, para fundamentar a discussão a respeito do processo de desenvolvimento psicomotor da criança.

Apresentamos também uma ferramenta educacional que contribui no processo de ensino-aprendizagem, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), essa estrutura pedagógica fornece várias formas de representação, expressão e engajamento. Uma abordagem emancipatória, que prioriza a autonomia, amplia a possibilidade de desenvolvimento e visa resultados autênticos

Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica que é desenvolvida a partir dos materiais já publicados acerca de determinado assunto, cujas principais fontes são livros e artigos científicos (Gil, 2002). Então, buscamos em livros e artigos acadêmicos físicos e virtuais, como os que estão disponíveis na plataforma *Scielo* Brasil, e aplicando como ferramenta de busca os seguintes descritores: acessibilidade pedagógica; deficiência; inclusão; formação pedagógica; jogos e brincadeiras, Atendimento Educacional Especializado.

A partir da seleção dos artigos que buscamos na plataforma Scielo Brasil e nos repositórios da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), analisamos os aspectos comuns entre os textos, e os principais pontos debatidos nesta pesquisa, como a inclusão escolar, o papel das brincadeiras para o desenvolvimento infantil e as barreiras enfrentadas por alunos em situações de exclusão.

No intuito de fazer uma correlação dos textos com a temática desta pesquisa, foram selecionados, trabalhos publicados em forma de artigo, no período de 2015 a 2025, escritos em língua portuguesa. Foram excluídos, trabalhos em qualquer outro formato de publicação como dissertação e tese, bem como, estudos publicados antes de 2015, ou trabalhos escritos em outras línguas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após uma leitura minuciosa, foram encontradas semelhanças entre os textos que abordam o tema central, ou seja, a inclusão escolar. Os pontos que se unem mostram a solidez das bases teóricas que foram utilizadas. Na análise feita, a inclusão emerge como ponto central, concordando sobre a sua importância, expondo como um processo que busca promover a participação plena de todos os indivíduos na sociedade. Um meio de garantir acesso às possibilidades, recursos e direitos, independentemente de suas características pessoais, sociais ou econômicas. Os autores enfatizam também sobre os malefícios da exclusão, vista como um processo pelo qual esses indivíduos são sistematicamente afastados ou impedidos de participar plenamente na sociedade, manifestando-se de diversas formas negativas e impactando diretamente na vida daqueles que desejam o que é seu por direito.

Um ponto de concordância significativo entre as pesquisas é o reconhecimento da diversidade. Ressaltando a importância de entender que cada pessoa traz suas singularidades, ao discutirem a temática, os autores mostram os valores e normas que regem a conduta humana, mas também mostram estratégias indispensáveis para o desenvolvimento social e cultural. Há um consenso sobre a indispensabilidade de políticas públicas eficazes que atendam de forma ampla as necessidades da população.

As adaptações no currículo, a formação de professores e recursos adequados são assuntos que surgem nos textos que defendem a igualdade. São três fatores expressivos na promoção de um ambiente educacional inclusivo, que visa adaptar para atender à diversidade de maneiras de aprendizagem, reconhece que a aquisição de conhecimento é essencial para entender e atuar com melhores práticas e abordagens nas aulas, e as narrativas enfatizam que é indispensável recursos que favoreçam a aprendizagem.

O artigo "Participação de crianças com desenvolvimento típico e com transtornos do espectro autista em situações de brincadeiras na educação infantil", analisa como as crianças participam de atividades lúdicas. Com a intenção de conhecer as formas de brincar de crianças com desenvolvimento típico e com transtorno do espectro autista, os autores observaram os componentes sensoriais, motores, cognitivos e sociais presentes no brincar, destacando a importância do

planejamento de estratégias que possam estabelecer uma perspectiva educacional inclusiva. Os autores do texto “Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo”, também acompanharam crianças autistas brincando com outros colegas, assim como no artigo citado anteriormente, perceberam que a intervenção pedagógica intencional colabora para um ambiente inclusivo. A mediação também foi abordada no artigo “As atividades do brincar e do ensinar em crianças com TEA na educação infantil”, de Fernanda Aparecida Szareski Pezzi e Marli Dallagnol Frison, apresenta as percepções do professor sobre o brincar e mostra como essas percepções influenciam nas atividades pedagógicas, assemelha-se a outros textos ao falar das interações e do aprendizado através do lúdico. Itamar Farias em sua pesquisa “Uso dos jogos teatrais na sala de aula inclusiva” também enfatiza que, embora seja desafiador, a forma de agir do professor no processo faz com que o acolhimento e o respeito façam parte do ambiente, ofertando subsídios para que a aprendizagem significativa aconteça.

O texto “Narrativas de crianças em classe hospitalar: jogar, interagir e estudar”, da UFSCar mostra que a brincadeira proporciona um atendimento qualificado e humanizado, principalmente para aqueles que encontram barreiras no processo de ensino-aprendizagem, ao brincar a criança tem a possibilidade de aprender de forma mais prazerosa. O artigo “Movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo” também cita o brincar como uma experiência prazerosa que manifesta-se pela espontaneidade e liberdade.

Quando todos têm voz e vez, a formulação e implementação de políticas públicas resulta em decisões mais representativas e eficazes. Os artigos “O sentido do brincar e do jogar na infância como fundamentos para a construção da democracia social” e “Prática pedagógica, contextos físicos e sociais: implicações para a inclusão” assemelham-se na discussão sobre dar voz e autonomia aos estudantes, na aplicação de uma prática pedagógica flexível no qual o diálogo é essencial. Buscam mostrar meios para uma convivência democrática e a construção de uma sociedade mais coesa, com a participação ativa de cada um.

Os artigos “Autoria de jogos digitais por crianças com e sem deficiências na sala de aula regular” e “Jogos digitais no Atendimento Educacional Especializado: um estudo com estudante que possui Transtorno do Espectro Autista” citam os jogos digitais como ferramentas que potencializam a participação ativa e oferece possibilidades e desafios. Recursos como leitores de tela e comandos por voz são

exemplos de como os jogos digitais podem ser adaptados para atender às necessidades específicas de cada indivíduo, favorecendo a acessibilidade, o auxílio mútuo e contribuem para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e democrática. No primeiro estudo, um grupo heterogêneo de estudantes são os autores dos jogos, participando de todas as etapas do processo dessa atividade idealizada para todos. O segundo texto procura compreender como os jogos podem ser úteis para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com TEA.

Neste estudo, também foram identificadas divergências que apontam as múltiplas perspectivas, o que difere destaca a riqueza da discussão. As expectativas sobre os resultados das políticas de inclusão divergem entre si, alguns autores visualizam o presente e futuro de formas variadas, alguns são otimistas e acreditam que com a pauta sendo discutida com mais frequência, as condições de vida estão melhorando e esperam qualidade de vida para todos com mais agilidade, enquanto outros são mais cautelosos e enfatizam que estamos longe do que é ideal, indicando que os efeitos benéficos podem levar mais tempo para se manifestar.

Há uma variação nos pesquisadores escolhidos para ajudar a entender como os jogos e brincadeiras promovem a inclusão no contexto escolar e social. Baseando-se em teoria socioculturais, na mediação, na experiência e em estágios de desenvolvimentos encontram argumentos que ajudam a compreender aspectos profundos da inclusão. Os resultados obtidos mostram que a utilização dos jogos e brincadeiras no contexto educacional, quando planejados sob uma perspectiva inclusiva, promove o desenvolvimento global dos alunos, a dignidade, o respeito às suas singularidades e contribui para um convívio democrático.

A partir dos estudos bibliográficos, percebe-se que a inclusão nas escolas muitas vezes é confundida com a integração. Muitos profissionais por falta de conhecimento, porque não tiveram uma formação continuada a respeito de uma verdadeira educação inclusiva, acreditam que o fato de crianças com deficiência estarem dentro da sala de aula, juntas com diversas outras crianças já é o suficiente.

Os professores precisam ter uma formação adequada para que entendam que a inclusão vai além de colocar uma criança com deficiência dentro da sala de aula, é compreender que cada aluno tem as suas particularidades e todos precisam se sentir parte daquele meio. Todos precisam ter a oportunidade de aprender, ainda que por meios diversificados, mas unidos para alcançar um mesmo objetivo. O planejamento precisa ser flexível, abrangente em caminhos para se chegar às metas

de aprendizagem. O estudante é sempre avaliado, mas raramente é examinado as ferramentas utilizadas para ensinar. É preciso avaliar como a escola ensina, analisar se o modelo utilizado oferece melhores condições para a comunidade escolar.

Com base nos referenciais teóricos discutidos neste artigo, vimos que, além do papel fundamental da brincadeira para o desenvolvimento global da criança, concordamos que é capaz de envolver a todos, possibilitando a interação entre diversas crianças, numa mesma atividade, com um mesmo objetivo de aprendizagem, possível ser alcançado por todos, como propõe o Desenho universal para Aprendizagem. Uma abordagem educacional que tem o objetivo de ser acessível a todos com princípios múltiplos de representação, ação, expressão e engajamento, proporcionando redução de barreiras e melhorias no desempenho.

Os principais benefícios de adicionar jogos e brincadeiras na sala de aula, encontrados nos textos analisados foram: inclusão, igualdade, engajamento, aprendizado ativo, promoção da criatividade, interação, desenvolvimento de habilidades, aumento da confiança, redução do estresse, e a oportunidade que a criança tem de se expressar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, consideramos que sim, é possível uma verdadeira inclusão escolar, de modo que todos participem plenamente das atividades desenvolvidas. Pois a implementação de jogos e brincadeiras na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem no plano de aula, revelou-se um meio eficaz para que todos possam aprender juntos, sendo uma maneira de proporcionar um ambiente acolhedor e respeitoso, com o objetivo de construir pontes e não barreiras, aumentando o engajamento, a empatia, a motivação, a liberdade e fraternidade. Por ser uma atividade intrínseca à infância, muitas vezes não recebe a devida valorização e não é adicionada à prática pedagógica.

O processo de ensino aprendizagem não deve ser mecânico, a sala de aula não pode ser entendido como um espaço para memorização de fórmulas e conceitos, o(a) aluno(a) não deve ser um receptor passivo que está ali apenas para receber o conhecimento. A relação professor-aluno precisa ser baseada em confiança e respeito, o ambiente escolar deve ser um espaço saudável, no qual todos possam usufruir de tudo que ele oferece, onde todos possam transitar e

necessita ser um espaço de diálogo, escuta ativa e possibilidades, um ambiente em que todos sejam iguais em dignidade e direito.

Este trabalho pode auxiliar os profissionais da educação, que buscam meios de acolher a todos os estudantes. Pois, aponta a importância da busca constante pelo conhecimento, por meio de formações continuadas. Além de trazer exemplos de práticas inclusivas simples, que podem ser aplicadas em sala de aula sem grandes dificuldades, como a sondagem “Quem sou eu?” e o DUA, que propõe um planejamento flexível, com objetivos bem definidos e com múltiplos meios de alcançá-los.

Por meio desta pesquisa, compreende-se que educação inclusiva enquanto princípio articulador abrange a todos, sem ser tratada como um aspecto isolado, não se restringe à deficiência, abrange os quilombolas, as diferenças de gênero, religião, etnia, entre outros. Uma abordagem que realiza mudanças que atingem todas as pessoas, que visa a inserção total e incondicional do indivíduo e surge para romper com as práticas excludentes. Promovendo melhores condições de vida e reconhecendo cada pessoa como um ser único, dotado de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Gomes; HOSTINS, Regina Célia Linhares; MAGAGNIN, Nicole Migliorini. **Autoria de jogos digitais por crianças com e sem deficiências na sala de aula regular**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, e0079, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/VqCSCFqR9yp78RQf8bhYr8S/>. Acesso em: 17 maio 2025.

BETTIO, Claudia D. B.; MIRANDA, Ana Carolina A.; SCHMIDT, Andréia. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil**. . Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/646/575/2169>> . Acesso em 13/03/2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.395, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. acesso em: 14/03/2023

BRASIL. Ministério da Educação. **AVAMEC – Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC**. Disponível em: <<https://avamec.mec.gov.br/#/>>. Acesso em: 10/05/2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. Brasília, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 13/03/2023.

Carvalho, A. M. A.; Pedrosa, M. I.; Rossetti-Ferreira, M. C. (2012). **Aprendendo com a criança de zero a seis anos**. São Paulo: Cortez.

CHICON, José Francisco; OLIVEIRA, Ivone Martins de; GAROZZI, Gisele Viana; COELHO, Maria Fernanda; SÁ, Maria Gabriela da Costa Silva. **Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 169-175, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/tLVB39V7NKctxQLC5Yv6Vjy/?lang=pt> . Acesso em: 06 maio 2025.

CHICON, José Francisco; OLIVEIRA, Ivone Martins de; SIQUEIRA, Mônica Frigini. **O movimento e a emergência do jogo de papéis na criança com autismo**. Movimento, Porto Alegre, v. 26, e26024, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/nm4SJXq45bYqYwZVcvcNXvz/?lang=pt> . Acesso em: 23 maio 2025.

FARIAS, Itamar. **Uso dos jogos teatrais na sala de aula inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 45-58, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/14525/1/Uso>. Acesso em: 07/05/2025.

FRANÇA, Maria Luiza Pontes de. **Crianças cegas e videntes na educação infantil: características da interação e proposta de intervenção**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/6d0e1d12-6c6e-41ed-8c88-ab68c4f2ae32/content>. Acesso em: 03/05/2025.

FOLHA, Débora Ribeiro da Silva Campos; JOAQUIM, Regina Helena Vitale Torkomian; MARTINEZ, Claudia Maria Simões; DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza. **Participação de crianças com desenvolvimento típico e com transtornos do espectro autista em situações de brincadeiras na educação infantil**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KNCQgSbGyq4Dngjww7gFzpn/> . Acesso em: 22 maio 2025.

GIL, A. C.. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4° ed. São Paulo: Atlas, 2002. <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

GONÇALVES, Fabrício Pimentel. **A gamificação no ensino: utilização de recursos sensoriais na aprendizagem de fundamentos matemáticos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/012b2541-498d-47aa-9a38-11072ce2ed0a/content> . Acesso em: 06/05/2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>>. Acesso em: 15/08/2023.

LINO, Ana Maria; SOMMERHALDER, Aline; MARTINS, Andressa de Oliveira. **Narrativas de crianças em classe hospitalar: jogar, interagir e estudar**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6938224, 2024. DOI: 10.14244/reveduc.v18i1.6938. Disponível em: <https://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6938>. Acesso em: 17 maio. 2025.

MARTINS, Cybele Maria dos Santos; CUNHA, Neide de Brito. **O sentido do brincar e do jogar na infância como fundamentos para a construção da democracia social**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, [S.l.], v. 102, n. 262, p. 4175, set./dez. 2021. Disponível em:. Acesso em: 06/05/2025.

MAKIDA-DYONISIO, Cristiane; MARTINIC, Sergio; GIMENEZ, Roberto. **Prática pedagógica, contextos físicos e sociais: implicações para a inclusão**. Revista Brasileira de Educação Especial, Dourados, v. 30, e0016, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HPCfWMfDGq4CdVwtrZpKBcB/>. Acesso em: 20 maio 2025.

MELO, Francisco Ricardo L. V.; GUERRA, Érica Simony F. M.; FURTADO, Margareth Maciel F. D. (Orgs.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.

MOULAIS, Evelyn Lopes Santos; LIMA, Gabriela Costa Silva; FERREIRA, Nathalia Barroso; PINHEIRO, Rodrigo Carlos. **Contribuições de jogos e brincadeiras para promover a inclusão na educação infantil**. Humanidades & Inovação, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 1-11, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9165>. Acesso em: 07 maio 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; BANCO MUNDIAL. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2012. 334 p. Tradução de: World report on disability. Disponível em:

<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 10/05/25.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; FRISON, Marli Dallagnol. **As atividades do brincar e do ensinar em crianças com TEA na educação infantil**. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 29, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Jnx9zRRvmytZrqYSNW8n5Wv/?lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2025.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

RAMOS, Maria do Socorro Sales. **O brincar na educação infantil**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: . <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1771/1/MSSR02112016%2A>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

RIBEIRO, Glaucia R. de Pádua S.; AMATO, Cibelle A. de La Higuera. **Análise da utilização do Desenho Universal para Aprendizagem**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 125–151, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpdd/v18n2/v18n2a08.pdf>>. Acesso em: 13/03/2025.

SANTOS, A. P. S.; ALVES, A. G.; COELHO NETO, J. **Jogos Digitais no Atendimento Educacional Especializado: um estudo com estudante que possui Transtorno do Espectro Autista**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 37, n. 1, p. e13/1–21, 2024. DOI: 10.5902/1984686X83806. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/83806>. Acesso em: 17 maio. 2025.

SILVA, Jailma; PIMENTEL, Adriana. **A Inclusão no Ensino Superior: vivências de estudantes com deficiência visual**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.28, e0012, p.121-138, 2022

SILVEIRA, Maria Aparecida; SOUZA, João Carlos de. **Práticas pedagógicas e formação docente**. São Paulo: Editora Educação, 2011.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO, **Declaração de Salamanca**, Espanha, 1994.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.